

## INFORMAÇÃO INTERNA DA DIRECÇÃO DA AAP

A Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, logo que teve conhecimento de que as estruturas pertencentes à antiga mesquita, encontradas ao fim de mais de 25 anos de pesquisas arqueológicas realizadas no subsolo do claustro gótico da Sé de Lisboa estavam em risco de ser destruídas no âmbito de um projecto de valorização promovido pelo Cabido com apoio técnico da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), iniciou de imediato diligências no sentido de recolher a maior informação possível sobre o assunto e de alertar as entidades competentes para a gravidade da situação. Assim, enviou no dia 24 de Setembro um apelo ao Eng.º Bernardo Alabaça, Director-Geral do Património Cultural, no sentido de mandar proceder à suspensão imediata dos trabalhos em curso e de solicitar ao arquitecto responsável pelo projeto uma reformulação urgente do mesmo, de modo a garantir a salvaguarda integral das ruínas da antiga mesquita, as quais se revestem de excepcional importância arqueológica, histórica e patrimonial e se encontram em razoável estado de conservação, desenvolvendo-se por três pisos. Solicitou ainda com carácter de urgência, uma reunião para analisar o assunto. Essa reunião teve lugar no dia 29 de Setembro, tendo então o Eng.º Bernardo Alabaça mostrado alguma abertura para a revisão do projecto, salientando embora as dificuldades da situação, devido a tratar-se de um processo que já se arrasta há muito tempo, no qual já se investiram verbas muito avultadas, e ainda ao facto de ter já sido feita, há cerca de um ano, uma revisão do projecto de arquitectura que, em seu entender, já acautelaria a preservação de uma parte significativa das ruínas da mesquita. Era, porém, sua intenção submeter o projecto ao Conselho Superior de Cultura, com a maior brevidade possível. Nessa reunião o Eng. Bernardo Alabaça convidou também o Presidente da Direcção da AAP a estar presente numa visita ao local, a qual teve lugar no passado dia 2 de Outubro.

Nessa visita participaram, além do Reverendo Cônego Francisco Tito, Deão do Cabido da Sé, o Arq.º João Carlos Santos, Sub-Director Geral, a Dr.ª Catarina Coelho, Directora do Departamento de Bens Culturais, as Dr.as Ana Gomes e Alexandra Gaspar, arqueólogas responsáveis científicas pelas escavações, o Eng.º Victor Oliveira, Director de Obra da Ferrovia, o Eng.º Joaquim Ferraz, responsável pela Segurança da Pengest, empresa que fiscaliza a obra, e ainda vários convidados, entre os quais o Representante Diplomático do Imamat Ismaili, Dr. Nazim Ahmad, a Arquitecta Soraya Genin, Presidente do ICOMOS/ Portugal, os Profs. Vitor Serrão, da Universidade de Lisboa, Rosa Varela Gomes, da Universidade Nova de Lisboa, e Cláudio Torres e Susana Gomez, do Campo Arqueológico de Mértola.

Durante a visita a Direcção da AAP teve oportunidade de confirmar que:

1. Trata-se de um conjunto de excepcional valor arqueológico, histórico e patrimonial, constituído por pelo menos nove compartimentos em torno de um pátio, que se encontram em muito bom estado, conservando ainda o revestimento estucado original, pelo que deverão ser salvaguardados, conservados e valorizados *in situ*.
2. Ao contrário do que havia sido afirmado pelo Arq.º João Carlos Santos, a conservação *in situ* das estruturas encontradas, não implica qualquer problema de segurança, de acordo com informação prestada no local pelo Eng.º Victor Oliveira e pelo Eng.º Joaquim Ferraz.
3. A eventual desmontagem e remontagem noutra local de parte das estruturas encontradas, também sugerida pelo Arq.º João Carlos Santos, afigura-se completamente inaceitável, por implicar a sua descontextualização, sendo assim contrária às mais elementares boas práticas de conservação e restauro de vestígios arqueológicos.
4. O Arq. João Carlos Santos argumentou também recentemente que os vestígios encontrados podiam ser removidos à face da Lei, por não estarem abrangidos pela classificação de todo o

conjunto monumental da Sé de Lisboa como Monumento Nacional, visão restritiva essa que também já não se afigura de todo aceitável, à luz das convenções internacionais e das boas práticas de conservação do património cultural, pois os monumentos devem ser considerados na sua globalidade, incluindo os edifícios pré-existentes.

5. Toda esta situação, com os inevitáveis atrasos de execução e derrapagens orçamentais, resulta, assim, de um processo muito mal conduzido desde o início pela DGPC, que nunca deveria ter aprovado um projecto de valorização de um local com a complexidade deste sem a escavação arqueológica integral das áreas a afectar ao projecto. Com efeito, há muito que os historiadores sabiam que a Catedral de Lisboa havia sido construída sobre a antiga mesquita, pelo que era expectável que se encontrassem alguns vestígios da mesma subjacentes ao claustro.

Trata-se, assim, não de um problema técnico ou de segurança, para o qual a engenharia não tenha solução, mas apenas de um problema de vontade política, tanto mais que não será muito difícil obter o necessário reforço financeiro. Com efeito, decerto se encontrará alguma prestigiada fundação disponível para co-financiar um projecto desta natureza, se o mesmo não for contemplado pelo novo fluxo de fundos comunitários que se prepara, e que, estranhamente, não parece contemplar a Cultura.

Nestas circunstâncias, a AAP, na sua qualidade de mais antiga instituição dedicada ao Património Arquitectónico e Arqueológico do país, apela às entidades oficiais responsáveis pela gestão do património cultural e ao Governo da República que tenham a coragem de suspender de imediato a execução do projecto de instalação do núcleo arqueológico do Claustro da Sé de Lisboa, e de o mandar reformular por completo, de modo a contemplar a salvaguarda, conservação e valorização integral deste conjunto patrimonial, pois, como salientou em notável artigo recente o Prof. Hermenegildo Fernandes, “destruí-las seria um crime patrimonial impensável” !

Lisboa, 5 de Outubro de 2020

Largo do Carmo (Museu)  
1200-092 Lisboa  
Tel.: 21 347 86 29  
direccao@arqueologos.pt | www.arqueologos.pt

Instituição de Utilidade Pública sem Fins Lucrativos | NIF: 500 843 619

